



Anais da Assembléia

Nº 11

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1981 TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e José Domingos. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cleriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE -- (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE
CAFEICULTORES -- A P A C.

OFÍCIO N.º 029/81 Londrina, 12 de março de 1981
Senhor Presidente:

Temos a satisfação de convidar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para estar presente na reunião dos cafeicultores do Brasil, que terá lugar no dia 19 do corrente, no Hotel Minas Gerais, na cidade de POÇOS DE CALDAS, às 14 horas.

A cafeicultura Nacional, esteio de nossa economia, necessita do apoio e colaboração dos nossos representantes.

Sem outro particular, subscrevemo-nos
Cordialmente

JUSTINO ARAÚJO VILELA

Presidente da APAC e Diretor do
Conselho Nacional do Café

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar do PARTIDO POPULAR nesta Casa Legislativa, tenho a honra de encaminhar a esta Comissão (relação anexa) os nomes dos Srs. Deputados integrantes do Bloco Parlamentar do Partido Popular - indicados para as diversas Comissões Técnicas desta Casa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(Titular)	(Suplente)
Paulo Camargo	Edilson Alencar

COMISSÃO DE FINANÇAS

João Elísio	Paulo Camargo
-------------	---------------

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Paulo Camargo	Edilson Alencar
---------------	-----------------

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Edilson Alencar	Paulo Camargo
-----------------	---------------

COMISSÃO DE IND. E COMÉRCIO

João Elísio	Paulo Camargo
-------------	---------------

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSP. e COM.

Edilson Alencar	João Elísio
-----------------	-------------

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Edilson Alencar	João Elísio
-----------------	-------------

COMISSÃO DE TERRAS, IMIG. e COLON.

Edilson Alencar	Paulo Camargo
-----------------	---------------

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Paulo Camargo	João Elísio
---------------	-------------

COMISSÃO DE REDAÇÃO

João Elísio	Edilson Alencar
-------------	-----------------

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

João Elísio	Edilson Alencar
-------------	-----------------

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Paulo Camargo	Edilson Alencar
---------------	-----------------

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em nome da Liderança do PMDB e demais Deputados, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SEBASTIÃO TURRA, genitor do Deputado Lineu Mansani Turra, ocorrido em Ponta Grossa em 16/03/81.

Outrossim, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

APOIAMENTO:

Waldyr Pugliesi, José Tavares, Tadeu Lúcio Machado, Fidelcino Tolentino, Gilberto Agibert Filho e Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO CHECHELISKI, ocorrido no dia 14 do mês em curso, nesta Capital.

Outrossim, requer, aprovado o presente requerimento, que seja comunicado à família enlutada, na pessoa de seu

filho, o Senhor JOSÉ CHECHELISKI, funcionário desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.
(a) PALÁCIOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviada solicitação ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que aquela autoridade federal se posicione oficialmente, pela permanência do DIFERENCIAL DE DOIS CENTAVOS DE DÓLAR POR LIBRA-PESO DO CAFÉ EXPORTADO PELO PORTO DE PARANAGUÁ.

Tal solicitação se prende, Sr. Presidente, diante do fato de que, não obstante o trabalho elogiável do Governador Ney Braga para manter a medida, que assim promove melhores condições de exportação do café pelo nosso principal porto, ainda persiste a ameaça de supressão do referido diferencial.

Apesar de desmentidos do Sr. Octávio Rainho, Presidente do IBC em recente telefonema ao Governador do Estado, o Presidente do Centro do Comércio do Café de Paranaguá, Joci Antônio Silva, que fez parte na recente visita presidencial à Colômbia da comitiva governamental, em contatos mantidos com o mesmo, recebeu deste a informação de que estava sofrendo enormes pressões do comércio cafeeiro e que a queda do diferencial seria iminente.

O mesmo presidente do CCCP, ao entrar em contato com o Ministro Camilo Pena, ouviu do Chefe da Pasta da Indústria e Comércio que o assunto estava em pauta e solicitou de Joci um arrazoado sobre a necessidade de permanência da medida.

Hoje estão na Capital Federal o Secretário dos Transportes e o Superintendente dos Portos do Paraná, que manterão audiência com o ministro em tela.

Independente do que possa ocorrer, Sr. Presidente, não podemos nos omitir diante desta ameaça. Este diferencial já nos foi diminuído do estabelecido pela decisão original em três centavos por libra-peso, e a sua supressão criaria um grande problema social à classe portuária parnanguara.

Estes ficaram cientes das medidas tomadas pelo Governo estadual em sua defesa, em uma reunião, da qual participei, mas, face aos fatos novos que surgem, necessário se faz ficar atento ao problema.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.
(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de telex, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho e ao Ilustríssimo Sr. Delegado Regional do Trabalho do Paraná, solicitando dos mesmos providências no sentido da criação de um Posto Regional daquele Ministério, na cidade de Porecatu.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.
(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Atualmente existe na cidade de Porecatu, um Posto denominado de local e vinculado ao Ministério do Trabalho.

Acontece que Porecatu é uma cidade com muitos problemas sociais e trabalhistas, tendo em vista a existência da Usina Central do Paraná.

O aludido Posto local, que, diga-se de passagem, é dirigido por um vereador do partido situacionista, nada mais tem feito do que cuidar de assuntos meramente burocráticos e

administrativos. Os interesses dos trabalhadores na indústria, comércio e lavoura daquele município, são esquecidos e postergados. Isso significa que a existência do atual Posto local é totalmente desnecessária.

Agora, a criação de um Posto Regional, com uma estrutura funcional-administrativa, inclusive com Inspetores do Ministério do Trabalho, isto sim, justifica, e muito.

Com a presença de fiscais do Ministério do Trabalho naquela cidade, muitas das injustiças e das barbaridades que a Usina Central do Paraná tem praticado contra os trabalhadores locais, deixariam de existir.

Dentre as muitas injustiças que se cometem contra os trabalhadores, por parte da usina antes aludida, citaria os seguintes: exploração do trabalho do menor e da mulher; não pagamento do salário mínimo para trabalhadores da lavoura, apesar da existência de comprovantes (papéis) assinados pelos mesmos, que diz o contrário; não pagamento de horas extras; falta de assistência médica, odontológica e jurídica aos trabalhadores e etc.

Tudo isso vem ocorrendo naquela cidade, e há muitos anos, por falta única e exclusiva da presença ativa do órgão governamental, no caso o Ministério do Trabalho.

Por estas razões, entendemos ser imprescindível a transformação do atual Posto local em Posto Regional. Daí sim, esperamos que os trabalhadores sejam mais protegidos e menos injustiçados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente ao Sr. Governador do Estado, acompanhado da justificativa feita da tribuna, solicitando estudos no sentido de ser ampliada a faixa de isenção da taxa judiciária, incluídos nessa isenção todos aqueles que percebam remuneração igual ou inferior a quatro salários mínimos.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.
(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Presidente da COPEL, solicitando ao mesmo urgentes providências no sentido de substituir os postes de madeira por postes de concreto, na linha que liga os Municípios de Quitandinha a Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.
(a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato que, em dias de chuva, devido ao precário estado em que se encontram os postes da referida linha, normalmente o fornecimento de energia é interrompido, o que vem causando sérios transtornos aos moradores desta progressista região.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 10/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE PESTALOZZI DE GUAÍRA," com sede e foro na cidade de Guaíra.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.
(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública, tem por finalidade prestar assistência gratuita às crianças com deficiências mentais, na tentativa de devolvê-los à sociedade.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 11/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jacarezinho, a área de 7.207,00 m² de terras pertencentes ao Estado, constituídas pelos lotes 1, 2 e 3, do antigo loteamento denominado Jardim Desembargador Leonel Pessoa, localizado no perímetro urbano da sede daquele município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende doar ao Município de Jacarezinho, pertence ao Governo do Paraná e foi desapropriada do espólio do Desembargador Leonel Pessoa, para ser utilizado pelo distrito local do DER, vem sendo utilizada pela Prefeitura há mais de quarenta anos, tendo sido instalada uma fábrica de tubos de concreto e de outros produtos utilizados pela administração municipal.

Não havendo interesse do DER em utilizar o terreno mencionado, quer nos parecer bastante justo a sua doação ao município que dele continuará fazendo uso em benefício daquela próspera coletividade.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Os produtores de algodão estão enfrentando um dos mais terríveis problemas. Após vencerem as dificuldades da produção, e já se passa para a fase final de colheita, um grave problema surge: é o preço que, na verdade, hoje não existe. Em se tratando de uma mercadoria de difícil armazenagem, nas propriedades agrícolas, o mesmo é entregue às firmas que o recebem em depósito, para posterior comercialização.

Acontece que a mercadoria é beneficiada e comercializada sem que o preço seja definido ao produtor.

Percebe-se claramente que não há o menor interesse dos compradores em fixar o preço, pois, com o alto preço dos juros de financiamentos, o mais cômodo realmente é não abrir o preço de compra, uma vez que a mercadoria já se encontra estocada nos armazéns e inclusive comercializada pelos intermediários.

Assim a posição do produtor de algodão se torna cada vez mais grave, pois além de faltar dinheiro para a colheita e transporte, a sua conta no banco aumenta com os acréscimos de juros.

Estamos diante de um fato grave e uma situação que não só envolve imensos recursos financeiros, como por sua vez pode trazer o desestímulo ao produtor.

Uma simples notícia de que o Governo autorizaria a importação de algodão do nosso vizinho Paraguai, o preço sofreu uma séria queda, não superada ainda, nem mesmo com a informação de que foi suspensa aquela importação.

O Paraná dentro de suas possibilidades e graças ao traba-

lho meritório - sem dúvida - da Secretaria da Agricultura, vem procurando aumentar as áreas de cultura e a produtividade de seus solos de extraordinária fertilidade.

Temos pois, no Paraná, conhecimentos técnicos e gente com um cabedal de experiências para a cultura do algodão, como nas mais desenvolvidas áreas dessa antiga e nobre cultura, de que os municípios do norte do Paraná são perfeitos exemplos, produzindo algodão das melhores categorias, e que, por sua vez, atende ao mais exigente comprador.

Seria de grande alcance que se incentivassem os estudos para o Paraná montar suas próprias indústrias têxteis, para o melhor aproveitamento do algodão, como o que, além de dar serviços a centenas de operários classificados, daria oportunidade de o produtor colher um preço mais razoável e mais justo.

Esperamos, por fim, que seja examinado pelo Poder Público a situação atual dos produtores de algodão (os cotonicultores) de maneira a reduzir de imediato os seus prejuízos.

E que num plano a curto prazo, aqui em nosso Estado, sejam realizados os estudos para industrializar, até sua fase final, o algodão produzido no Paraná.

É mais um desafio que pode ser encarado pelo Secretário Fernando Fontana, da Indústria e Comércio, para que realmente sejam efetuados estudos para industrializar até sua fase final o algodão produzido no Paraná - cuja medida - justificaria um antigo e justo reclamo mostrando que o Paraná, por seus recursos humanos e materiais, pode aspirar a industrialização de suas matérias primas, como fazemos com o café, a soja, etc.”

É por isto que encaminho à mesa um requerimento, com o seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subsscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Amauri Stábile, solicitando o seu apoio aos cotonicultores paranaenses, totalmente desassistidos na comercialização de seus produtos.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não obstante exaustivos trabalhos e urgentes esforços expedidos pelo Governador Ney Braga, para manter os dois centavos de diferencial, dois centavos de dólar por libra-peso para manter o diferencial existente na praça de Paranaguá à exportação de café, rumores insistentes existem de que a Presidência do IBC e o Ministro Camilo Pena pretendem derrubar, pretendem extinguir aqueles dois centavos de dólar por libra-peso.

Isto verificou-se na semana passada, quando o Presidente do Centro de Comércio de Paranaguá, Joci Antônio Silva, que fazia parte da comitiva presidencial, em visita ao País da Colômbia, ouviu do Sr. Octávio Rainho, que em função de pressões exercidas pelo comércio cafeeiro santista, estava o embaixador Octávio Rainho na iminência de suprimir aqueles dois centavos de dólar por libra-peso, tão necessários para a movimentação do café no Porto de Paranaguá.

Preocupado com esta afirmativa, não obstante ter afirmado ao Presidente do Centro de Comércio do Café de Paranaguá, que havia dito ao Governador Ney Braga, através de telefonema, que não tinha nem sequer pensado em suprimir aquele diferencial.

Preocupado com esta situação, na comitiva também estava presente o Ministro Camilo Pena. E o Presidente do CCP dirigiu-se a ele, ocasião em que o Sr. Camilo Pena, disse

que realmente o assunto estava em pauta e que lhe fosse encaminhado um arrazoado, justificando as razões porque Paranaguá pretendia manter aqueles dois centavos.

E a nossa preocupação vai mais além, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto porque hoje estamos pedindo a esta Casa, que enderece um requerimento ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, para que ele se posicione definitivamente, a fim de que este assunto não possa sofrer mais especulações. E já eram cinco centavos; eles reduziram para dois e agora querem extinguir. O mercado cafeeiro de Santos quer tudo contra nada para Paranaguá. Esta discriminação é abusiva, intempestiva e injusta.

Razão pela qual verberamos aqui veementemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que o Governador Ney Braga continue na sua tarefa. Ele já fez muito, pode fazer mais ainda, para que este diferencial seja mantido.

Hoje em Brasília, está o Sr. Secretário dos Transportes, com o Superintendente do Porto de Paranaguá, que deverão estar em audiência hoje à tarde, com o Ministro Camilo Pena, para que ele dê uma solução definitiva e não paire mais sobre a cabeça do trabalhador de Paranaguá, dúvidas com respeito à extinção desses dois centavos de dólar por libra-peso.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário, do Sr. Antônio Santos, Vereador do Município de Ubatã.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, declino, para falar no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, quarto orador inscrito.

Esta Presidência convoca o Sr. 2.º Secretário para tomar assento à Mesa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É lamentável, profundamente lamentável, que numa cidade com número superior a um milhão de habitantes, com muitos hospitais, com muitos médicos, ainda se registrem óbitos por falta de assistência médica.

Curitiba teve, no final de semana recente, a morte de um garoto de sete anos de idade, por falta de atenção e cuidados da equipe de médicos do Instituto de Previdência do Município de Curitiba, IPMC.

Um garoto residente numa vila humilde, de operários da Prefeitura Municipal, no Bairro do Pilarzinho, estava em casa quando começou a apresentar problemas de saúde.

Seus pais providenciaram que ele fosse levado ao IPMC. Ali foi realizada uma consulta simples. O médico apenas olhou para a criança e disse ser um simples caso de gripe, e receitou alguma coisa para o menino; voltou para casa, foi piorando e, no sábado, acabou falecendo.

A morte do garoto foi determinada por rubéola.

Os pais, aflitos, estão hoje pedindo providências à Prefeitura Municipal de Curitiba, para que os responsáveis pelo mau atendimento venham a ser punidos convenientemente.

E, fatos deste tipo e desta ordem, estão acontecendo quase que diariamente.

Ainda hoje pela manhã, mesmo antes das seis horas, uma senhora nos procurava na Rádio Clube, onde apresentamos um programa e nos relatava que, na última sexta-feira, procurara o INAMPS para que seu marido fosse levado ao médico a fim de realizar uma consulta. Ela andou por vários hospitais sem conseguir, de imediato, a consulta, até que chegou ao Hospital das Clínicas e seu marido foi examinado. O médico disse

após um rápido exame, que era um problema cardíaco e receitou um comprimido.

O cidadão saiu dali sentindo-se mal, mas comprou o medicamento e tomou. Chegando em casa, piorou. A mulher, desesperada, buscou novos recursos e, com o auxílio de vizinhos, conseguiu uma consulta em médico particular, pagando, embora o marido seja assistido do INAMPS.

O médico particular disse que “ele tem que ser internado imediatamente”, e este homem, hoje, está na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Nossa Senhora do Pilar.

O homem quase morreu por falta de cuidado melhor do médico que o assistiu no Hospital de Clínicas, que ainda deu à senhora um cartão que ele deveria voltar no dia 08 de julho, portanto, daqui a quatro meses.

Fatos deste tipo estão acontecendo e realmente os órgãos previdenciários precisam adotar medidas para coibir os abusos que estão aí acontecendo.

Médicos têm que trabalhar quatro horas, realizar um determinado número de consultas. Eles realizam as consultas rapidamente e não concluem suas quatro horas de trabalho, o que é lamentável. E não podemos admitir, nem tampouco aceitar que, em Curitiba, uma capital de Estado, com mais de um milhão de habitantes, ainda se registrem mortes por falta de assistência médica, ou por descuido ou por desatenção a quem de direito.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência registra com satisfação, a presença em plenário do Sr. Sinclair Sambat, Vice-Prefeito Municipal de Maringá.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das classes mais sofridas deste País é a classe dos trabalhadores, principalmente dos operários, dos industriários, dos comerciários e dos homens da lavoura.

E aqui no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta categoria funcional também vem sofrendo os reflexos deste modelo econômico injusto, desumano, elitista, implantado neste País ao longo destes anos.

No Norte do Paraná, existe uma cidade da qual já falamos algumas vezes aqui, que é Porecatu; naquela cidade, infelizmente, existe uma usina de açúcar e álcool, que já há alguns anos vem sugando os trabalhadores que lá vivem e lá trabalham.

É uma cidade constituída praticamente num feudo de um grupo que só sabe receber as benesses do Governo, mas que contra os trabalhadores, que contra seus municípios, tem praticado uma série de medidas injustas e desumanas, ao ponto de chegar ao extremo inadmissível e inacreditável de deixar crianças morrerem de fome, por falta de assistência médica.

Aqui em Curitiba, recentemente — e o Deputado José Domingos, com quem me solidarizo — ocorreu um fato profundamente lamentável, de uma criança morrer por erro médico, por omissão médica. E num caso como esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o responsável deveria estar na cadeia.

No Norte do Paraná, também as coisas não são diferentes. Porecatu é uma cidade — como disse — que vive em função de uma usina. Lá existe exploração de toda espécie. São menores que trabalham sem ganhar nada; são mulheres que são exploradas no corte de cana e no trabalho da lavoura; são trabalhadores que não porcebem bem o salário mínimo, quando na realidade, sabemos que nas folhas de pagamento constam a percepção do salário total.

Mas isso, na verdade, não ocorre. Horas extras não recebem. Uma série de outros benefícios sociais que esses trabalhadores têm direito, vem, ao longo destes anos, sendo relegados

postergados, marginalizados, porque neste País, o que predomina é o capital; o que predomina, são os interesses econômicos de grupos nacionais e internacionais. E tudo isso acontece com o beneplácito e a convivência dos homens do Governo.

O que faz a Delegacia Regional do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados? É uma instituição totalmente omissa. A maior demonstração é o que estamos aqui dizendo: Porecatu é uma cidade que está entregue, que está a serviço do Grupo Atalla. São 12 mil trabalhadores sem proteção alguma. Quando recorrem à Justiça, a mesma se acha emperrada.

A Justiça de Primeira Instância, neste País, é realmente uma vergonha, no que diz respeito à morosidade.

E é por isto, Sr. Presidente, que estamos encaminhando um apelo, no sentido de que o Sr. Ministro do Trabalho crie, na cidade de Porecatu, um Posto da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, e por que Posto Regional? Porque lá existe um Posto local que nada mais serve, a não ser para um determinado Vereador do Partido do Governo se valer dele.

Ao invés daquele Posto local preocupar-se em defender os interesses dos trabalhadores contra as injustiças praticadas pelo Grupo Atalla, aquele Posto serve mais de comitê eleitoral daquele vereador.

E por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reivindicamos a criação ou transformação daquele Posto local num Posto Regional?

Porque, daí sim, teríamos inspetores do Ministério do Trabalho, fiscais do Ministério do Trabalho, que prestariam seus serviços naquela cidade. E, por certo, essas injustiças seriam minimizadas, ou até, quem sabe, deixariam de existir.

É por essa razão que encaminhamos um requerimento à Mesa, pedindo o envio de telex, com a máxima urgência possível, ao Ministro do Trabalho, ao Sr. Delegado Regional do Trabalho no Paraná, para que se sensibilizem com as injustiças que vêm ocorrendo contra os trabalhadores da Usina de Porecatu e criem esse Posto Regional para que, com ele, os trabalhadores possam ver seus direitos defendidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, sexto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, com grande satisfação, comparecemos à Secretaria dos Transportes onde, na presença do Sr. Secretário, foi assinado um contrato entre o DER, representado pelo Sr. Diretor e uma empreiteira que construirá a estrada que liga a principal Rodovia de Guaraqueçaba, até a localidade de Batuva, situada na divisa dos Estados do Paraná e de São Paulo.

Este acontecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de importância não apenas para o Município de Guaraqueçaba, mas é importante para a economia do próprio Estado do Paraná, pois aquela região apresenta uma terra fértil com possibilidades de desenvolvimento de uma lavoura capaz de atender as necessidades de muitos, de uma pecuária que pode ser muito próspera. Por isso deve ser apresentado em nome do povo de Guaraqueçaba o agradecimento àqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que chegássemos a esse estágio.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a abertura da referida estrada, será também minimizado um problema que tem afligido dezenas de famílias que ali estão radicadas há muitos anos e que tem sofrido de forma violenta a ação de pessoas que representam grupos econômicos, que tem ceifado vidas preciosas na disputa pela terra; através desta via de comunicação será possível uma ação mais pronta, mais rápida, das autoridades policiais, para coibir abusos, para evitar

mais mortes que têm manchado com sangue aquela tão importante região do nosso Estado.

Também com muita satisfação tomamos conhecimento que o Sr. Secretário Nivaldo Almeida Neto determinou a inclusão da estrada principal de Guaraqueçaba no plano de conservação de estradas vicinais, proporcionando dessa forma, uma condição especial de tráfego, em quaisquer circunstâncias climáticas, o que viabilizará um desenvolvimento maior do município que temos a honra de representar.

Fica portanto, em nosso nome pessoal, em nome dos guaraqueçabanos e em nome daqueles que têm relação com aquele município próspero do nosso litoral, o nosso reconhecimento a mais esse trabalho que o Governo Ney Braga tem realizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A imprensa específica de Cascavel e também a imprensa estadual retrataram um caso calamitoso. Mais uma violência praticada pela Polícia Militar de Cascavel, contra um bancário, um funcionário do UNIBANCO de Cascavel. Aquele funcionário, Sr. Presidente, cuja fotografia com as sevícias e com as marcas da Polícia de Cascavel, com as agressões e lesões corporais que essas fotografias demonstram e que constam de um inquérito policial que tramita na Delegacia daquele município.

A nossa presença nesta tribuna, Sr. Presidente, é para denunciar outro fato dos mais hediondos e absurdos que tem sido cometido pela Polícia do Estado do Paraná. E não é a primeira vez que vimos aqui, juntamente com vários outros Deputados, denunciar fatos como este, e exigir das autoridades constituídas do Estado do Paraná, especialmente do Comandante da Polícia Militar e do Sr. Secretário de Segurança, u'a medida que seja compatível com a segurança pública do cidadão.

Trata-se do jovem Lino Bilino de Góe, um jovem de 22 anos de idade aproximadamente, saiu das dependências do banco às 22:00 horas e alguns minutos. Foi comer um lanche numa das lanchonetes de Cascavel e, logo depois, próximo à meia-noite, quando se dirigia à sua casa, foi violentamente agredido por dois policiais que faziam as passeatas de segurança pela rua.

Já noite a dentro, com pouco movimento, foi violentamente espancado, levado para as dependências do batalhão da Polícia Militar e novamente, por se recusar a fazer aquilo que os policiais desejavam, foi conduzido a um hospital da cidade de Cascavel e obrigado a pagar os curativos nos ferimentos.

Recusando-se a pagar, foi recambiado ao batalhão, e depois de levar nova surra, foi levado e deixado num dos cubículos da Delegacia. Neste instante, tiveram os policiais a infelicidade de cruzarem com um professor, conhecido da vítima. E neste preciso momento, mobilizou-se para que o rapaz saísse da delegacia.

Acontece que, novamente, o rapaz foi impedido e só mais tarde, por volta das 8 horas da manhã, através das amizades que goza em Cascavel, é que pode ser tirado de lá, espancado. Novamente levado ao hospital pela Delegacia, recusou-se o hospital a fazer os curativos de que necessitava, porque já não havia pago o curativo anterior, quando fora forçado.

Agora, Sr. Presidente, o que se espera do Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, do comandante da corporação militar do Paraná e do Secretário de Segurança, é que não seja permitido dentro da corporação, que realmente seria a corporação para segurança do cidadão, que haja homens sem condições alguma de permanecer junto à Segurança do Estado, por-

que o que trazem para a população paranaense é não só a insegurança, mas também violentam sem punição alguma. Voltarei a esta tribuna para formalizar esta denúncia, Sr. Presidente, exigindo das autoridades um comportamento que é um clamor social. Não se suporta mais a violência em Cascavel.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lê): “O Paraná vive um clima de euforia. Num mar de crise nacional, estamos melhor do que nunca. Há excedente na arrecadação pública superando as necessidades da administração para o momento. Será até necessário agilizar a Secretaria do Planejamento e dinamizar as empresas de economia mista — porque desde muitos anos, mais de um século — não se entende saneamento financeiro como entesouramento.

É também verdade que as administrações sob constante pressão deficitária não são desejadas. E este não é o nosso caso.

Grande parte da opinião pública paranaense exultou com a notícia do excesso de arrecadação do Estado. Para alguns setores seria o sinal de que poderemos investir imediatamente em áreas e fatores de produção que ajudem a arrancada do Paraná em busca do desenvolvimento. Outros consideram que agora o Estado poderá fazer a justiça social para seus servidores, remunerando-os em acordo com a produção e produtividade. Terceiros consideram que os bolsões de miséria, enfim, terão chegada a sua hora e vez.

O Secretário de Finanças, Sr. Edson Neves Guimarães, veio a público para nos dar a boa nova: O Paraná vai muito bem, e o demonstra com gráficos, linhas pontilhadas e percentuais.

Diz o Secretário que a renda “per capita” paranaense, em 1980, foi superior a US\$ 2 mil. Passamos aquela fase prolongada em que estivemos abaixo da média nacional.

Já não é apenas a boa notícia do excesso de arrecadação estadual, do excedente disponível. Há também a notícia de que o paranaense está melhor de vida, com maior capacidade para prover seu sustento e buscar felicidade.

É verdade que esperávamos ter uma população em torno dos 10 milhões e somos apenas sete milhões e poucos. No passado havia a afluência de migrantes, hoje exportamos deslocados e desiludidos. E ficamos com maiores espaços, pelo menos no campo. E então aparece a dúvida: cresceram muito as rendas geradas no Paraná ou diminuiu a população?

De qualquer modo, há um grande excedente de arrecadação do Estado. E isto apesar das moratórias, das falências e dos apelos à fiscalização para que não autue com rigor, pelo menos aqueles que estão alinhados à política do governo.

Afirma o Sr. Edson Neves Guimarães que nosso Estado apresentou um índice de crescimento do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, maior que os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, alcançando 127,7% a mais do que no exercício anterior, e superou, mesmo, a taxa de inflação do País.

Restaria saber, numa análise mais acurada, se conseguimos esse resultado com justiça fiscal e legalidade fiscal. E é esta uma questão muito importante, além da capacidade e exação do Sr. Secretário das Finanças. E se é verdade que compete a sua Excelência a exação e a legalidade fiscal, não deixa de ter corresponsabilidade pela Justiça Fiscal. A justiça fiscal é uma linha político-administrativa que deve basear-se no justo e necessário e deve ter a flexibilidade de desafogar setores essenciais de produção e não contemporizar com produção supérflua e atividades econômicas de menor significação social.

Pelos reflexos que nos chegam da crise nas diversas áreas e setores de produção isto ainda não está em causa no Governo do Estado. O pequeno produtor e os trabalhadores em geral são os

pressionados, inspecionados, autuados, expropriados, segundo ditames do modelo econômico.

Seria necessário que o Governo do Estado pudesse compreender a necessidade de uma justiça tributária e produzisse, no seu nível, a reforma inadiável. Porém, isso seria exigir demais.

Não podemos, entretanto, deixar de indagar de Governo que se é exuberante nossa arrecadação por que os constantes pedidos de autorização para empréstimos, como ocorreu no ano passado? Por que o endividamento crescente com o exterior, jogando para as próximas administrações esse ônus da dívida dos empréstimos? Se isto tudo ocorre o porquê das poucas obras efetuadas pelo Sr. Ney Braga, nestes dois anos?

Não devemos ver a fala do Secretário de Finanças separada de outros fatos da administração estadual.

O Secretário Municipalista, Sr. Saul Raiz, anuncia aos quatro ventos que está com as burras cheias e que os Prefeitos venham logo buscar, porque depois tem mais.

Não há prefeito neste Estado que não se queixe do sistema tributário brasileiro. Queixam-se principalmente do Governo Federal, mas também se queixam do estadual. Além da divisão do bolo das rendas, além da expropriação forçada que em lei e nas formas de relacionamento são impostas à parte mais fraca, os municípios, estes têm que suportar uma tradição impositiva de oferecer meios e instrumentos para serviços federais e estaduais se instalarem em suas áreas.

Os municípios estão garroteados — como diz o Prefeito Sidnei Polato, presidente da COMCAM — ao afirmar que “não vê solução a curto prazo para os problemas financeiros das prefeituras”, apontando até a renúncia coletiva dos prefeitos da Micro-Região que ele preside. E adianta: a conversa não resolve mais”.

O Sr. Fideleino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Darcy Deitos, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento e análise que faz da gestão do atual Governo, com relação ao problema de distribuição das rendas do Estado. Quero apenas colocar aqui mais uma indagação, o problema do ICM que, no Paraná, deu um “superávit” superior a seis bilhões de cruzeiros e que, na verdade, parece estar aí à disposição da super Secretaria política que é a Secretaria de Coordenação dos Municípios.

Na verdade, o que o Paraná precisava ter era um Governo mais agressivo, atuante e presente na área federal. Vossa Excelência veja, por exemplo, que da maior arrecadação de divisas líquidas para o País, o Paraná é o primeiro, é incontestável e até agora não temos as rodovias, a BR-101, a 158, a Estrada do Colono e a que liga o Estado do Mato Grosso do Sul com o nosso Porto de Paranaguá. E não é só isto, o nosso Estado é eminentemente agrícola. Vossa Excelência não deve esquecer que recentemente os produtos alimentares foram gravados de mais de 15% de ICM que antes era isento.

Hoje, além do êxodo rural, além da soja que é produto de exportação para engordar vaca que nos vende leite depois lá da Europa, o arroz que importamos do Mato Grosso e pagamos o ICM para o Mato Grosso, da suinocultura, que hoje está impedida de exportar, da avicultura, que vai ser um grande problema pior do que a suinocultura e, além do mais, das expropriações de terras férteis de nosso Estado, é de se perguntar: qual é a presença do Governo do Estado neste emaranhado de problemas que a Nação está passando? Como é que se equacionam, como se reivindicam, a não ser pelas vozes isoladas de alguns proeminentes parlamentares representantes do Paraná e, sobretudo, justiça seja feita, da bancada da Oposição que não tem vinculação alguma com o Governo do Estado e reclama insistentemente, sistematicamente, da presença maciça do Governo Federal aqui no Paraná.

O que tem feito o Governo do Estado a não ser recentemente uma grande propaganda das suas realizações, através do

Canal 12 de Televisão? Pode estar certo, Vossa Excelência, dentro de mais alguns dias será feita uma nova reportagem que, me parece, abordará o crescimento do Banco do Estado cujos lucros foram superiores a 110% do ano passado. Vossa Excelência veja, o que faz o Paraná? É um celeiro de produção para promoção do Nordeste brasileiro, para o crescimento do que a imprensa vem falando do Estado de São Paulo; e para aplicações desta verba que vai para os cofres federais, em outras áreas do interesse dos que estão comandando o País.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, nobre Deputado e o incorporamos, porque Vossa Excelência disse muito bem: o que tem feito este Governo para os paranaenses? O que tem feito este Governo nas horas cruciais que foi necessária a sua presença, como foi o caso do confisco da soja? Como foi o caso da remessa de tropas para Oeste e Sudoeste desse Estado, no ano passado? Ficou em cima do muro, como sempre tem ficado em cima do muro, este Governo., nomeado pelos detentores do Poder de Brasília, nobre Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu primeiramente quero render as minhas homenagens ao Governador do Estado, Ney Braga, que neste mês de março completa o seu segundo ano de trabalho, à frente do Poder Executivo do Estado do Paraná.

E permito-me fazê-lo neste aparte que Vossa Excelência me concede tão generosamente. Porque no pronunciamento que Vossa Excelência faz, este plenário constata que Vossa Excelência comete algumas injustiças com o Governo do Estado e especialmente com a sua linha de atuação político-administrativa.

O SR. DARCY DEITOS — Trabalho em cima de fatos, eminente Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Não ignora Vossa Excelência a atuação do Governo do Paraná, em defesa de todas as questões levantadas da tribuna por Vossa Excelência. Não só no que toca ao apoio incondicional que o Paraná tem dado à Agropecuária, mas como nas questões sociais, e mais recentemente na questão municipalista que é uma bandeira hoje do Partido Democrático Social, em nosso Estado. As notícias das últimas 24 horas, informam o Paraná inteiro, que o nosso Partido assume a postura definitiva em defesa da alteração do sistema tributário nacional. Mas enquanto não é possível, alterar, reformular, o sistema tributário nacional, redistribuindo melhor a renda e fortalecendo mais o município, o Governador Ney Braga adotou em boa hora, a decisão corajosa de criar uma Secretaria Especial, para o desenvolvimento dos municípios.

E, Vossa Excelência, Deputado operoso que é, que palmilha este Paraná por onde pode, há de sentir hoje uma atmosfera diferente, um clima diferente a envolver os prefeitos paranaenses. Porque não foi uma secretaria criada para gerar empregos, porque esta Secretaria está sobrevivendo graças ao trabalho de funcionários emprestados por outros setores da administração. Não foi uma Secretaria para fazer simplesmente o papel político de um órgão do Governo do Estado.

Mas é uma Secretaria efetivamente disposta, propensa a atender os municípios do Paraná.

Melhor testemunho do que o deste Parlamentar; melhor testemunho do que pronunciamentos já feitos desta tribuna por eminentes companheiros de Partido, lembro-me do Deputado Jurandir Messias, do Deputado Nelson Buffara, do Deputado Gabriel Manoel e de outros Deputados.

Vossa Excelência há de ter o depoimento vivo, altisonante dos Prefeitos do Paraná. E esta preocupação do Governador Ney Braga, como se não bastasse a linha de atuação em outros setores, esta preocupação releva a sensibilidade de um homem público que viveu também como Prefeito todas as dificuldades que um Prefeito vive, e que sabe realmente avaliar o

que é a luta de um pequeno município de sete mil habitantes, sem ICM, sem renda própria, e que busca agora, e encontra, especialmente no Governo do Estado, o apoio de que ele tanto precisa.

Porisso, Deputado Darcy Deitos, agradecendo o aparte que Vossa Excelência me concede, eu me permito posicionar, reformular certos conceitos emitidos por Vossa Excelência, para prestar a minha homenagem ao Governador Ney Braga, pelo segundo ano de sua administração, administração que nós sabemos limpa, correta, de uma inteireza moral absoluta.

Enquanto em outros Estados do País se fala tanto em corrupção, e se condena e se deve condenar a corrupção, o Paraná é um Estado felizmente imune a este tipo de atuação, que eu diria, inclusive, delituosa.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, e lamento não poder endossar os conceitos que Vossa Excelência, apesar de parabenizá-lo pelo interesse pela causa do Paraná, mesmo que de forma divergente.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Airton Cordeiro, eu até compreendo esse seu posicionamento, evidente, como homem que dá sustentáculo ao sistema político hoje implantado na Nação Brasileira, que dá sustentáculo ao Governador e Interventor Ney Braga, que governa o Paraná.

Compreendo o seu posicionamento, em querer defendê-lo, como se ele tivesse realmente feito alguma coisa pelo Paraná nestes 24 meses. Eu trabalho em cima de fatos, nobre Deputado, e citaria dois fatos, dois fatos com referência às estradas do Paraná.

Em 24 meses de mandato, ele havia concluído, no ano de 1979, perto de 150 quilômetros de estradas, dentro do projeto normal, não falando no projeto BID que são verbas específicas, ele fez no projeto normal, nobre Deputado, neste ano de 1980, 170 quilômetros.

O que mais encarece as obras neste Estado a não ser rodovias? Eu lhe pergunto também, nobre Deputado, se voltarmos no tempo e pegarmos o dia em que o Sr. Ney Braga assumiu este Governo, em 15 de março de 1979, e vemos a dívida, naquele ano, era de 12 bilhões e meio de cruzeiros, e a dívida do Estado do Paraná, eminente Deputado, ainda no ano passado, em outubro, nós sabíamos que girava em torno de 50 bilhões de cruzeiros; em 1979 podíamos saber exatamente quanto era a dívida do Paraná porque veio esclarecido na mensagem remetida a esta Casa.

Agora, na mensagem de 1981, com referência às atividades de 1980, deste Governo, não está bem claro e não podemos aqui detectar com presteza quanto deve o Estado.

Então, para mim, o Estado do Paraná, com a administração do Sr. Ney Braga, eminente Deputado, além de ter muitas dívidas, deixa muitas dúvidas, porque não coloca às claras para que esta Casa aqui examinasse.

Gostaria de concluir o seu aparte e daí lhe concederei novamente a palavra. Quando Vossa Excelência fala, eminente Deputado, em reforma tributária, parece que é coisa nova que se fala neste Estado, e neste País.

Há 14 anos, desde que foi feita a reforma tributária — por este golpe de Estado de 1964, que tirou a autonomia dos municípios brasileiros, a Oposição vem batalhando por uma reforma ampla no sistema tributário.

Agora vem Vossa Excelência dizer, porque o PDS anuncia aos quatro ventos. Onde estava o PDS ontem? Esmagando os municípios brasileiros?

Onde estavam os Prefeitos deste Estado e desta Nação, que se submeteram, que rastejaram, dentro desse sistema aí implantado, que só agora acordaram?

Por que o PDS está aí, se propondo a apresentar no Congresso, essa reforma?

Isso é muita demagogia, eminente Deputado Airton Cor-

deiro, mas concedo-lhe novo aparte para que Vossa Excelência faça mais uma colocação a respeito, solicito apenas que seja breve, porque existem outros Deputados que desejam apartear-me. O Sr. Airton Cordeiro — Obrigado.

Em primeiro lugar, não aceito o rótulo que Vossa Excelência pretende colocar neste Deputado, sobre um posicionamento demagógico.

Devo lembrar a Vossa Excelência que a própria Convenção Partidária, recentemente, aprovou moção para que fosse levada à Convenção Nacional de nosso Partido, em Brasília, propugnando pela reforma do sistema tributário.

E, hoje, o nosso Partido, a nível de Estado, deflagra um movimento para ouvir, amplamente, os Srs. Prefeitos, e para saber de que forma é melhor a reforma tributária.

Então, qual a melhor receita senão ouvindo os Prefeitos?

Não há demagogia alguma. Há uma profunda sinceridade na proposta partidária.

Mas, Vossa Excelência fala em demagogia, nobre Deputado, mas se esquece de algumas palavras passadas suas, quando, por exemplo, menciona o Programa Rodoviário do Paraná. E ignora, não se deliberadamente ou não, a formulação, a filosofia do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como que querendo deixar de reconhecer o empenho do Governo do Estado para a consolidação e execução desse Programa.

Vossa Excelência deve saber que o BID não financia cem por cento das obras.

Vossa Excelência deve saber que o Governo do Estado integraliza, é responsável pela integralização de perto de setenta por cento do valor global das obras rodoviárias financiadas pelo BID.

Vem uma parcela desse organismo internacional e enquanto o Governo do Estado não integralizar a sua participação, o BID não libera os seus recursos.

E adito ainda, para que Vossa Excelência não imagine que sinceridade signifique demagogia: em 1980, da tribuna, falávamos sobre o senso de responsabilidade do Governo do Paraná, ao reprogramar toda a estrutura que fora montada anteriormente, para atender as rodovias de nosso Estado, citando, como exemplo, o Governo Federal que foi obrigado, e impunemente, obrigado a desativar obras importantíssimas para o Paraná, atendendo, dentre outras regiões, a região Metropolitana de Curitiba, e se instalando um caos aqui.

E nós elogiávamos o Governo do Estado, a sua decisão, que cautelosamente, que seriamente, buscava uma reformulação no seu Programa.

O SR. DARCY DEITOS — Solicito a Vossa Excelência seja breve, porque Vossa Excelência está fazendo um discurso paralelo.

O Sr. Airton Cordeiro — Então, meu caro Deputado, a demagogia não é feita deste lado.

Estamos agindo com toda seriedade. E respaldado na seriedade é que damos nosso apoio a um governo íntegro como é o Governo Ney Braga.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Esse Governo, para mim é altamente demagógico.

Porque, houve excesso de arrecadação, o Tesouro do Estado está cheio de dinheiro, o Governo pedindo sinal verde do Tribunal de Contas para investir em "open market" e obras foram paralisadas, mentindo para o Paraná, dizendo que elas não eram efetuadas por falta de verbas.

Concedo aparte ao nobre Deputado Trajano Bastos, depois, pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Trajano Bastos — Obrigado.

Ilustre Deputado, Vossa Excelência aborda um tema da maior seriedade para o Estado do Paraná e, especialmente as nossas comunas municipalistas. Numa análise superficial, mas que daria para se chegar a uma conclusão da defasagem polí-

que este Estado vem sofrendo, basta que olhemos para a representatividade política do Paraná nos escalões superiores do Governo Central.

O SR. DARCY DEITOS — É nula.

O Sr. Trajano Bastos — Perfeitamente. Veja Vossa Excelência que um Estado, como o Estado do Paraná, que é responsável hoje por aproximadamente 27% da produção nacional de grãos, é o Estado que contribui com a maior parcela, com o maior percentual de produção para a balança de pagamentos desse País.

É inadmissível portanto que este Estado não tenha nos escalões superiores da República, homens paranaenses para lá defenderem os nossos interesses.

É incompreensível nobre Deputado, que um Estado com esta potencialidade tenha uma das rendas "per capita" mais baixas do País. Está abaixo da média nacional e abaixo dos Estados da Região Sul e isto quer nos parecer, que é uma anomalia, porque não pode se entender que um Estado com a produtividade do Paraná, este Estado na sua distribuição de renda "per capita" ainda esteja abaixo da média nacional.

E com respeito à Secretaria que Vossa Excelência faz menção e que recentemente foi criada e que vem segundo as declarações do próprio titular, que tem ao seu dispor dinheiro a vontade para que os Prefeitos dele façam uso e com uma recomendação expressa de que os Prefeitos façam força para gastar depressa e voltem a buscar mais.

Muito bem, agora é necessário que o Governo do Estado do Paraná através desta Secretaria que se diz de assistência aos municípios do Estado do Paraná, gestione junto aos órgãos federais e faça valer a sua representatividade política no primeiro escalão, se é que a tem, e pressione esse Governo Central para que pague aos municípios as cotas do fundo de participação que estão em atraso, as cotas do fundo rodoviário que estão com mais de um ano de atraso e as cotas da TRU que estão devendo com atraso aos municípios paranaenses.

Então é necessário que o Sr. Saul Raiz não só distribua o dinheiro que está lotando os cofres da sua Secretaria, mas que também faça valer o seu prestígio político junto ao Governo Federal, fazendo com que os municípios e o próprio Estado, o próprio Estado do Paraná tenha haveres junto ao DNER, tenha haveres junto ao Ministério dos Transportes pelos recolhimentos da TRU e conseqüentemente também os municípios tenham seus créditos atrasados e se formos considerar este atraso dentro deste regime inflacionário que vive a Nação, 6, 9 12 meses de atraso quando o Estado, o próprio Estado e os municípios forem receber as suas partes, esse dinheiro já estará completamente defasado pela inflação.

Esta seria, ilustre Deputado, a meu ver, aí sim, eu estaria acreditando nesta recente Secretaria, que ela estaria cumprindo os objetivos a que se propõe. Falando em nome dos municípios do Paraná e do próprio Estado e, fazendo valer, o prestígio do Governo do Paraná junto ao Governo Federal, se é que tem. Para que o Governo Central pague o que nos deve, já que...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência comunica ao nobre orador, que está encerrado o horário que Vossa Excelência tinha para ocupar a tribuna. No entanto, lhe concede mais cinco minutos no horário reservado à Liderança do seu Partido.

O SR. DARCY DEITOS — Obrigado.

O Sr. Trajano Bastos — ... já que, a Reforma Tributária, ilustre Deputado Darcy Deitos, Reforma Tributária reclamada como bem disse Vossa Excelência, há quatorze anos passados, por verdadeiros municipalistas deste País. Mas que não foram atendidos nas suas pretensões, porque a Reforma Tributária implantada neste País, veio atender a objetivo político, que foi de cercar financeiramente, para poder dominar politicamente.

Então, até que venha essa reforma, até que o PDS cumpra o seu compromisso assumido perante a Nação, de lutar por essa reforma, é necessário que o Governo do Paraná faça valer o seu prestígio junto ao Presidente da República. E faça com que o Poder Central, pague o que deve ao Estado do Paraná e aos municípios paranaenses.

O SR. DARCY DEITOS — É o que a gente também espera nobre Deputado. Porque, não pode à primeira vista, todos nós ficarmos na expectativa. E como, até o presente momento, ela se confirma de que é uma Secretaria essencialmente eleitoreira, tão somente para isso.

Mas eu, antes de conceder mais um aparte, gostaria de concluir mais um tópico do meu pronunciamento. Dizendo que, Sr. Presidente, que nessa situação em que nós expusemos o Sr. Edson Guimarães, anuncia uma política de entesouramento e o Sr. Saul Raiz anuncia uma técnica do garrote, a serviço da política. Ajudar a apertar a situação das prefeituras, até que os titulares sintam a ameaça de gangrena na administração, aí, afrouxará o garrote, oferecendo o dinheiro excedente. O farto dinheiro que está sem destinação até o momento nos cofres do Banco do Estado do Paraná.

O Governo do Paraná, nessa época de crise nacional, está fazendo uma poupança forçada, às custas dos paranaenses. Para fazer a sua política, e nem se quer política partidária, política de grupo de candidato a candidato. Que digam os trabalhadores deste Estado, os “bóias-frias”, os pequenos produtores rurais e urbanos, os servidores públicos e mesmo, o médio empresário estadual e as prefeituras, tão carentes de independência para utilizar sem convênios de pressão e engodo, os seus poucos recursos nas obras necessárias.

Não sei porque Sr. Presidente, a euforia. Não sei porque Sr. Presidente, a demagogia.

Com o aparte o Deputado David Cheriegate.

O Sr. David Cheriegate — O Deputado Darcy Deitos hoje, nos dá uma grande oportunidade de poder analisar alguns aspectos que para nós é da maior importância. O Deputado Trajano Bastos, salientou aqui, a falta de prestigiamiento do Governo Federal, ao Sr. Saul Raiz. E esse fato, realmente, me deixou bastante surpreso, porque eu fui testemunha junto a uma cerimônia que houve na Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, onde a Prefeitura de Guarapuava, onde o ilustre Deputado Trajano Bastos tão bem representa aqui na Assembleia Legislativa foi aquinhoadada com recursos a Fundo Perdido que vieram graças ao trabalho e o prestígio do Secretário Saul Raiz perante o Governo Federal, juntamente com mais oito municípios polos do nosso Estado do Paraná. Inclusive, num trabalho que de maneira nenhuma, em momento algum se fez qualquer discriminação partidária.

Porque além de Guarapuava, o Município de Paranaguá também foi aquinhoadado com uma grande parcela de recursos.

O Sr. Trajano Bastos — Eu não falei em discriminação partidária, ilustre Deputado, não falei.

O Sr. David Cheriegate — Eu somente estou colocando aqui que realmente o Dr. Saul Raiz assumiu a sua Pasta e já inicialmente contou com grande prestigiamiento do Governo Federal. E eu gostaria de salientar ao ilustre amigo, Deputado Darcy Deitos, que realmente esta Assembleia Legislativa testemunhará muitos pronunciamentos contra o ilustre Dr. Saul Raiz.

Porque realmente Saul Raiz não é uma promessa para o Paraná. Eu mesmo tive oportunidade de trabalhar com Saul Raiz no Departamento de Estradas de Rodagem, e até hoje talvez em toda a história do D.E.R. do Paraná, Saul Raiz tenha sido um dos Diretores que teve maior sucesso na sua administração. E até hoje Deputado Darcy Deitos, principalmente a população dos bairros de Curitiba lembra com muita saudade a passagem do Dr. Saul Raiz pela Prefeitura de Curitiba. E nós ouviremos muitos reclamos da oposição ao trabalho e ao dina-

mismo que esse homem vai dar ao nosso Estado e principalmente aos nossos Prefeitos do interior do Paraná.

Eu agradeço esse aparte do Deputado Darcy Deitos.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o horário que Vossa Excelência tinha para o seu pronunciamento. No entanto essa Presidência consulta, se Vossa Excelência quiser ocupar o restante do horário reservado à Liderança do seu Partido, essa Presidência defere. Do contrário, está encerrado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, é mais um minuto tão somente, dentro do horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Será descontado.

O SR. DARCY DEITOS — Eu tão somente diria o seguinte ao eminente Deputado David Cheriegate, de que se administrar com dinheiro no banco, receber dinheiro que nem esse Governo investiu em 78 aqui em Curitiba para ganhar as eleições, qualquer um faria o que Saul Raiz fez.

Agora eu quero ver é administrar sem dinheiro dentro do bolso como administrar os Prefeitos do interior do Paraná, esmagados por essa política tributária concentracionista.

(Discussão paralela entre os Deputados Darcy Deitos e David Cheriegate, inaudível e ininteligível).

O SR. DARCY DEITOS — Eminente Deputado eu gostaria de lhe dizer o seguinte, é por isto que nós queremos eleições diretas para Governador do Estado, não só do Paraná mas toda a Nação brasileira, principalmente aqui no Paraná, para que o poder troque de mãos meu nobre Deputado. Aqui neste Estado há vinte anos são os mesmos! São os mesmos eminentes Deputados! Precisa haver uma renovação. Não pode tanto dinheiro como é o Orçamento do Paraná desde ano de 81 que é de 84 bilhões continuar sendo administrado pelos mesmos de vinte anos atrás.

Eu agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra no restante do horário reservado ao PMDB, ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, lembrando ao eminente Deputado que restam seis minutos para Vossa Excelência ocupar a Tribuna.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, tendo em vista a presença do nosso líder de bancada e que veio de Foz do Iguaçu com notícias novas, sobre o mesmo assunto que eu ia falar, eu transfiro à liderança esse horário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich, que tem seis minutos para ocupar a tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabamos, neste instante de chegar de Foz do Iguaçu e lamentavelmente presenciamos das 11 horas até 13,10 da tarde mais uma vez a ausência de escrúpulos, de bom senso, e ao menos de um diálogo mais proveitoso.

Estão lá mais de 700, 800 agricultores com suas famílias muitos deles, tentando acampar próximo a Itaipu Binacional, com o objetivo claro de, nesta última tentativa, pressionar pacificamente esta empresa, com o objetivo de alcançar o preço justo e necessário para as indenizações cabíveis.

Sr. Presidente, temos em mãos a proposta do documento em que os indenizados de Itaipu evidenciam o rol de reivindicações, colocando exatamente que os valores hoje propostos pela Binacional estão hoje muito aquém dos praticados na Região Oeste. Reivindicam 500, 550 a 600 mil cruzeiros o alqueire com todas as benfeitorias e culturas, enquanto as propostas ainda ontem encaminhadas a agricultores eram em torno de 300, 320 mil cruzeiros, com benfeitorias, culturas e até a terra nua.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade este episódio de Itaipu com os indenizados se alonga desde o ano passado e todos sabem disto; mas vem desde o primeiro dia em que se iniciou o processo indenizatório. Neste instante, quando proprietários rurais da região Oeste estão acampados precariamente num canteiro, num trevo que dá acesso a Itaipu Binacional, que querem efetivamente preço justo, precisamos aqui mais uma vez não só solicitar, rogar que neste Estado do Paraná possa se tomar uma posição uníssona nesta Casa e exigir que Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, venha a campo neste instante, porque lá são homens da roça, trabalhadores, simples cidadãos que construíram suas vidas naquelas terras e que sempre responderam com esforço e trabalho aos apelos oficiais de boas safras, homens que sempre deram sua contribuição essencial ao programa deste Estado e da Nação.

Hoje, inconformados, chegam a Foz do Iguaçu com a injustiça que está sendo praticada sobre eles. Pretendem impor a Itaipu Binacional um preço justo, um preço necessariamente adequado aos interesses daquela gente.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em resposta a esta pretensão, o Governo coloca, como colocou lá, estivemos vendo e assistindo a segurança de Itaipu, a segurança civil, a Polícia Federal, mais de cem homens armados com baionetas e todos os demais tipos de armas, como material de guerra química, caminhão pipa e outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste instante, as forças de segurança que em alguns momentos da História deste País cumpriram honrosas tarefas em defesa dos interesses do Brasil, acaba de ser mobilizada para cercar e conter a manifestação destes agricultores.

Todos aqui, que sabem da justeza de sua luta, da justeza das reivindicações, até bem pouco tempo estes mesmos agricultores que hoje se reúnem às portas de Itaipu para exigirem o que lhes é de direito, apregoavam sua esperança de crescer e progredir neste Estado.

Paranaenses que pedem apenas que se faça valer a voz da justiça e a proteção daqueles em que outrora tantos confiaram.

Sr. Presidente, nosso pedido neste instante, sereno mas veemente, é a presença inclusive do Governo do Estado do Paraná, porque um Governo existe de fato enquanto é capaz de oferecer segurança a seus governados. Quando esta condição desaparece, desaparece também o Governo e caminhamos para o caos, para soluções até violentas, para comoções sociais. Assim tem sido a História do homem. E nós, do PMDB, que estivemos junto com o Deputado Gernote Kirinus desde a madrugada de ontem acompanhando o movimento, estivemos e estamos nestes dias acompanhando esta luta, esta caminhada em busca de justiça e pedimos ao Governo do Estado que se faça presente, que não se omita, que faça respeitar sua autoridade constituída e intervenha para impedir que agricultores paranaenses, homens do campo, que sempre contribuíram para o progresso deste Estado, se vejam à mercê do arbítrio.

O entendimento do nosso Partido é de que um Governo deve se fazer reconhecer a cada momento, diante de cada fato, para garantir sua legalidade.

Se o Governo do Estado não intervir neste momento, estará decretando perante a opinião pública do Paraná, sua omissão irresponsável.

É hora, Srs., de fazer ouvir a voz dos representantes do povo do Paraná. Nós Deputados, que estamos aqui nesta Assembléia Legislativa por força de uma delegação popular, não podemos neste momento virar o rosto, para a evidência da injustiça. E não devemos calar quando se põe em risco os interesses do nosso povo. Ninguém poderá afirmar que nós paranaenses não contribuimos com o suor do nosso tra-

balho, para tudo aquilo que a Nação pediu.

O Palácio Iguaçu vem marcando sua atitude nesta questão pela omissão. Ora, Sr. Presidente, repete-se assim a evidência das expropriações injustas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se justifica, em momento algum, a omissão do Governo paranaense. Governo omissor não é Governo. Não existe. Ficar em cima do muro, pode ser comportamento que nos momentos decisivos da história se apresente como aconselhável para os que não tem princípios e os que perderam o respaldo da moral e das idéias.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra o nobre orador, que tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente,

Srs. Deputados. Que aquele que se omite só pode governar pela força. O povo paranaense por certo em sua altivez não aceitará qualquer ato de omissão. E que nós que testemunhamos e que acabamos de chegar de ver esse triste aparato policial; que tentamos inclusive dialogar com o General da segurança, General Günöt, no sentido de que ao menos, perante os olhos dos agricultores, das suas famílias e do povo de Foz do Iguaçu, retirasse o aparato policial, com armas presentes, com baionetas colocadas e rumadas à presença dos agricultores. Porque não colocá-los num lugar, como solicitaram? Impedindo inclusive que entrasse num loteamento privado, onde tiveram lotes desocupados que pudessem utilizar para lá acampar. Foram impedidos. E o impasse está presente em plena via pública, em pleno acesso à própria Ponte da Amizade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, concluo fazendo este apelo: que o Governo possa intervir. Não admitir o que se viu lá, onde em nome de uma segurança que gera toda a insegurança daquela gente, queira se amedrontar pela força das armas, como disse, com presença de centenas de PMs, da Segurança de Itaipu, com material de guerra química, caminhões pipas e armas com baionetas colocadas.

Ora, Sr. Presidente, o que eles querem, é que o Governo do Paraná precisa apenas responder, é que o preço da paz é Justiça e Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Mesa registra com satisfação a presença neste Plenário, do Sr. Homero Oguido, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Londrina. Consultamos a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto à liderança do Partido Popular.

Fará uso da palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

“Esta Casa aprovou no fim do ano passado matéria que passou a merecer constantes reparos.

Refiro-me a decisão que determinou a Lei 7.426 sancionada em 29 de dezembro passado e que dispõe sobre a cobrança da Taxa Judiciária.

Já na ocasião da apreciação da matéria muito se discutiu a respeito dos novos valores e hoje, o aumento verificado na cobrança da Taxa Judiciária é considerado alarmante e acaba tendo seus reflexos especialmente sobre os de menor poder aquisitivo.

Na verdade passa quase a ser uma justiça de elite.

A nova Lei ao estabelecer como será calculada a Taxa Judiciária, ressalva os casos de isenções.

Talvez no campo das isenções pudesse humanizar a própria lei, seguindo um recente exemplo ocorrido no Estado

do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro o Governador Chagas Freitas assinou em 23 de dezembro passado o decreto 3842 que fixou os novos valores da taxa judiciária.

Imediatamente houve uma reação dos advogados contrários à medida.

A majoração da taxa judiciária no Rio chegou a provocar por parte da classe dos advogados cariocas a impetração de mandados de segurança contra a medida do Governador.

Ocorre que o Governador Chagas Freitas resolveu fazer uma reavaliação do Decreto por ele assinado e alterou o artigo 8.º que concedia isenção da taxa judiciária as pessoas consideradas pobres para esse efeito, as quais eram as que percebiam até 2 salários mínimos.

Na alteração ocorrida, quem ganha menos de 4 salários mínimos no Rio de Janeiro, está isento do pagamento da taxa judiciária.

O que desejamos é que o exemplo dado pelo Governador Chagas Freitas, em ouvindo as críticas, reexaminar o Decreto e aumentar os benefícios da isenção, possa também ter acolhida junto ao Governo do Paraná.

Para esse fim, estamos encaminhando um requerimento ao Sr. Governador do Estado, solicitando um estudo para que se inclua como casos de não incidência da taxa judiciária, aqueles em que o interessado perceba remuneração igual ou inferior a quatro salários.

Procuramos assim uma fórmula de amenizar em parte o impacto criado pela alteração de valores que chega a se transformar numa barreira à apregoada democratização da Justiça.

Na verdade a nova taxa judiciária já não permite que a Justiça seja acessível a todos, chegando mesmo a impedir que algumas camadas de nossa sociedade se vejam impedidas de recorrer à Justiça.

Mais uma vez fica comprovado que o Governo é um dos principais responsáveis pela inflação brasileira, já que não titubeia em criar novos ônus para os contribuintes, buscando assim resolver os seus problemas.

E sempre que busca esses caminhos, o lesado via de regra é o pobre, é a classe média baixa que, como é o caso presente, passa a não ter condições financeiras de ter acesso à Justiça.

Vamos aguardar com expectativa que o presente requerimento venha a merecer acolhida junto ao Governo e que também no Paraná os benefícios da isenção se equiparem aos concedidos no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro o artigo alterado passou a vigorar com esta redação:

“Consideram-se comprovadamente pobres, para efeitos da não incidência da Taxa sobre os atos extrajudiciais ou judiciais prevista neste Decreto, as pessoas que percebam remuneração igual ou inferior a 4(quatro) salários mínimos vigentes no Estado do Rio de Janeiro, devendo o interessado ou procurador bastante firmar declaração especificando seus ganhos nos termos do Dec. Federal 89936 de 6/9/79.”

Em tais condições, a nossa expectativa é tão somente no sentido de que esta Casa aprovando a matéria, dê condições de que possamos também aqui receber a alteração solicitada, e que, indiscutivelmente, somente virá em benefício.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Esta Presidência registra com satisfação a presença em Plenário, do Sr. João Albino de Oliveira, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Barracão e Dionísio Cerqueira.

No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, atentamente, o pronunciamento do Deputado Darcy Deitos que, com sua peculiar educação, nos deu um aparte.

Queríamos apenas discordar do ponto de vista do ilustre e dinâmico Deputado que representa a gente altaneira do Norte do Paraná.

Sua Excelência pede modificações. Então, primeiramente, tínhamos que modificar a Assembléia Legislativa de São Paulo, onde o PMDB, com uma maioria esmagadora, perdeu as eleições para o nosso Partido.

Será que aqueles homens que votaram e nosso Partido também não têm moral?

Qual seria o segredo para aqueles ilustres e dinâmicos companheiros do ilustre Deputado, que até há pouco, procuraram desbancar o Governo.

Faria esta pergunta e ficaria satisfeito se a resposta fosse que aqueles homens que também falam como o Deputado Darcy Deitos, mas não agem como ele e que Suas Excelências nos dessem uma satisfação de como, com maioria, perderam a eleição para Maluff.

Seria também necessário mudar a bancada do PMDB de São Paulo?

O Sr. Erondy Silvério – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Esta pergunta que Vossa Excelência faz é óbvia porque todos sabemos do poder de persuasão do Governador de São Paulo. E se ele conseguiu convencer a bancada do PMDB que é maioria na Assembléia Legislativa de São Paulo, a votar no candidato do PDS, vamos afastar qualquer suspeita de suborno, porque a bancada do PMDB é intocável.

Então, não vamos nem pensar em suborno.

Devem ter sido as excelências do candidato do PDS que foram postas à mesa, pelo Governador de São Paulo. Os componentes do PMDB estão acima de qualquer suspeita.

O SR. GABRIEL MANOEL – Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Dizíamos nós, que não foi suborno.

Talvez fora explicado aos Deputados do PMDB pelo Governador Paulo Maluff, que a política de Delfim Neto está certa, porque eles votaram no candidato de Delfim Neto. Eles votaram no candidato de Maluff.

E ficamos a sofismar onde está a ideologia daquele povo que não sabe o que quer; daquele povo que deixa um companheiro seu, candidato, à rua da amargura; daquele povo que pede renovação.

Onde está a coesão desse povo que pede renovação?

Então, apenas para dar a minha pálida opinião e para que isto sirva também de lição para o resto do Brasil, que haveremos de renovar com um homem como Ney Braga que está sempre renovando; um homem, como Ney Braga que está dinamizando seu Estado; homem como Ney Braga que traz um Saul Raiz para uma Secretaria, para pisar no “calcanhar de Aquiles” da Oposição; que traz um Saul Raiz para buscar dinheiro para ser aplicado nas prefeituras, nas comunas sofridas, como dizem os ilustres Deputados da Oposição.

Saul Raiz, com 17 dias apenas de Secretaria, conseguiu chacoalhar, “pisar no calcanhar de Aquiles” da Oposição; um homem que manda os prefeitos que trabalhem com o dinheiro e que voltem para pedirem mais dinheiro para aplicar em benefício do povo, para darem justamente mais serviços aos bóias-frias, para olhar pelo Paraná e por sua gente, por aqueles homens de mãos calosas. Isto é trabalho, isto não é demagogia, porque é um trabalho palpável.

Dou razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do Paraná aos homens da Oposição, porque eles nem sabiam

aonde o galo estava e já estavam cantando a vitória. Agora o quadro do Paraná mudou, porque tem homens como Ney Braga que estão a gerir os destinos do nosso Estado, que estão a solicitar aos prefeitos que nós defendemos e Vossas Excelências defendem também, para que levem o dinheiro sem demagogia e sem burocracia e procurem aplicar com a mão-de-obra local, do habitat do lavrador para que ele possa ter sobrevivência.

Agora o que querem os Srs. Deputados da Oposição? Que se dê o dinheiro para quem? Que se aplique aonde esse dinheiro? Talvez no Paraguai ou na Assembléia de São Paulo? Esse dinheiro vem para ser aplicado no Paraná e quero dizer a Vossas Excelências, que há uma série de obras programadas pelo grande homem que é o Governador Ney Braga, pelo homem que nunca perdeu eleições no Paraná. É isto o que nos anima e o que nos anima mais é ver a euforia estampada no rosto dos prefeitos de todos os Partidos, os 300 prefeitos do Paraná estiveram e hão de estar na Secretaria extraordinária que há de lutar em favor do município que tem à sua testa um homem inteligente que é Saul Raiz. Hão de voltar para levar mais dinheiro para ser aplicado em benefício do próprio povo e que isto sirva de alerta: todo prefeito que aplicar o seu dinheiro bem aplicado, todo prefeito que usar a mão-de-obra de sua comuna e de seu município há de levar mais verbas. Se isto é crime, então nós somos criminosos; se isto é crime, o PDS é criminoso, se procurar carrear benefícios a fundo perdido para ser aplicado nas pequenas comunas, é um fato inédito no Paraná, é um fato onde nos louvamos na orientação dos Srs. Deputados da Oposição.

Com o respeito devido, mas também queremos que respeitem os homens que trabalham pelo Paraná e por sua gente, um mínimo de respeito pelos seus irmãos, um mínimo de respeito para um homem como Ney Braga que já transpôs todos os escalões da vida estadual e dos Ministérios e é um homem pobre, um homem que está lá lutando diuturnamente pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Tem o aparte o Deputado Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Eu apenas solicitei o aparte a Vossa Excelência, porque Vossa Excelência citou o meu nome evidentemente do pronunciamento que fiz anteriormente.

Gostaria de dizer, só para esclarecimento seu e do Líder Erondy Silvério, de que a Bancada do PMDB na Assembléia de São Paulo tem apenas 30 Deputados de uma Assembléia composta de 79 membros. Então nós não temos a maioria. É bom que se diga isto, que lá o PDS fez a Presidência na corrupção da compra do dinheiro do Sr. Paulo Salim Maluf como amplamente foi divulgado pela imprensa paulista. Agora, um outro ponto, nobre Deputado...

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu gostaria que Vossa Excelência então citasse o nome dos outros partidos que foram corrompidos.

O Sr. Darcy Deitos — O nosso tem somente 30, precisava de 40. Nós não temos a maioria, então não venham jogar pecha em cima do nosso Partido que cremos que em São Paulo os 30 que permaneceram são honrados e dignos, porque eu conheço muitos deles.

Queria dizer a Vossa Excelência que quando Vossa Excelência cita que o eminente Governador Ney Braga nunca

perdeu eleição, eu queria lhe dizer o seguinte: na de 78, quando ele andou por esse Paraná de mão-em-mão, de fábrica em fábrica, de rua em rua pedindo voto para o seu candidato ao Senado Federal, e quem é que venceu as eleições, Deputado? É um perdedor de eleições emérito também o Sr. Ney Braga. Agora também não venha Vossa Excelência falar em renovação com Ney Braga, conquanto que Ney Braga está aí e os fatos a comprovar e no último sábado a Rádio Nacional de Brasília a divulgar uma notícia de primeiríssima mão, de âmbito nacional, aquilo que o Paraná inteiro já sabe, de que o eminente Governador está para licenciar-se, está para sair, para que outro assuma em seu lugar. Isto a imprensa nacional tem divulgado. Só no Paraná que não se ouve isso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Só para responder. O Governador está para sair para uma missão no Japão, para trazer mais benefícios ao Paraná, para deixar Vossa Excelência mais nervoso e mais furioso. O Vice-Governador há de assumir pelos 15 dias, em que o Governador há de ir para o Japão, para carrear benefícios. “Não se atira pedra em árvores que não tem fruto”. O calcanhar de “Aquiles” de Vossas Excelências está sendo atingido.

Os prefeitos sem distinção, chegam em suas comunas soltando foguetes, porque nunca levaram tanto dinheiro para ser aplicado honestamente.

O Sr. Darcy Deitos — Dinheiro de quem?

O SR. GABRIEL MANOEL — Do povo, que vai ser aplicado em benefício do próprio povo. Não é nem meu nem seu.

O Sr. Darcy Deitos — Estava estocado em obras que não foram feitas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estava estocado... (conversa paralela)
Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — O nobre Deputado Darcy Deitos, diz que o Governador Ney Braga é um perdedor de eleições. Mas não cita uma eleição que ele participasse como candidato, tivesse perdido. Está se referindo à eleição do Senado, em que nós ganhamos a eleição do Senado. Mas, na soma das legendas, o ex-Deputado Enéas Farias que deu a vitória ao Senador Richa, com a soma dos seus votos. Porque hoje, é um homem execrado dentro do PMDB.

Então, o PMDB não ganhou eleição, quem ganhou foi Enéas Faria, que é um homem execrado hoje, dentro do PMDB. Agora, este direito de espernear a Oposição tem. E vai espernear muito mais, o nobre Deputado Darcy Deitos, vai até perder o fôlego aí. Porque agora é que o Governo vai realmente mostrar toda a sua pujança. E o dinheiro que se aplica é o dinheiro do povo, não é o dinheiro dele, não é dinheiro do PMDB, não é dinheiro do PDS, é dinheiro do povo, efetivamente. Mas, aplicado honestamente, porque a Oposição não pode jamais, denunciar um só ato desonesto do Governo Ney Braga e de nenhum Secretário de Estado. Porque esta equipe prima, pelo zelo, pelo cuidado que tem na aplicação do dinheiro do povo.

Isto que é importante. Aplicar e aplicar honestamente. É isto que o Governo está fazendo. Então, de maneira, que eles vão é perder o fôlego, até o dia das eleições eles vão gritar e gritar mais alto e espernear, é o direito de espernear de quem está por baixo. Mas, não fomos nós os culpados do PMDB ser minoria, dentro desta Casa, foi o povo do Paraná, que deu ao PDS a maioria absoluta dentro da Casa.

Então, nós não temos culpa. Eles devem é gritar contra o povo, contra os eleitores do Paraná. Obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu também queria dizer que, quando defendíamos o honrado Governo de Jayme Canet, a Oposição vinha procurar desancar. Hoje, defendemos Ney Braga, a Oposição desanca.

Eu pergunto: quem será que está com a razão? É o povo do Paraná, que sempre nos deu a maioria? Que sempre nos honrou? Que sempre com este voto que nós procuramos nos dignificar?

E queria Sr. Presidente, agradecer por mais este minuto, e dizer ao nobre Deputado Darcy Deitos, que haveremos de voltar, com atestados de Prefeitos, testemunhos de homens que estão eufóricos porque podem levar trabalho para sua terra, trabalho para sua gente. Aqueles homens das mãos calejadas, hão de ter condições de sobrevivência. Porque são paranaenses como nós, são brasileiros. E, haveremos de em 82, conversarmos de perto e consolarmos alguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, uso a palavra pela ordem, para encaminhar requerimento a Vossa Excelência, vazado nos seguintes termos: (Lê)
“Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, renuncio as indicações para a participação em quaisquer Comissões Permanentes desta Casa.

As razões deste ato serão expostas à Casa e ao povo do Paraná em discurso que proferirei em Plenário, nos próximos dias.

Há ocasiões, Sr. Presidente, que a própria renúncia significa uma denúncia. Declaro que prefiro participar de outras comissões especiais que procurarei formular, nos termos regimentais.

Valho-me do ensejo para apresentar-lhe os meus protestos de estima.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1981.

Sobre a mesa, convite do Sr. Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores — APC no sentido de que esta Casa se faça representar no conclave que será realizado em Poços de Caldas.

Esta Presidência designa o Sr. Deputado Gabriel Sampaio para representar a Assembléia Legislativa naquele conclave, sem ônus ao Poder Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, indicando os Srs. Deputados que irão compor as diversas Co-

missões Técnicas da Casa. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, lido da tribuna, solicitando renúncia à participação das Comissões Permanentes da Casa. — **Deferido**. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a “Associação Promocional da Adolescente - A.P.A.”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/80, de autoria do Deputado GILBERTO AGIBERT FILHO, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prudentópolis”, com sede e foro na cidade de Prudentópolis. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a Mesa, Mensagem Governamental n.º 11/81, solicitando autorização desta Casa para o Sr. Governador do Estado se ausentar do País. — Em votação. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Checheliski. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Turra, genitor do Sr. Deputado Lineu Turra. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o apoio desta Casa, visando a suspensão da decisão da Superintendência Regional da RFFSA, em desativar o tráfego de trens de passageiros na linha São Paulo-Maringá-São Paulo. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações referentes as taxas e demais tributos cobrados pela referida Companhia. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e Governador do Estado, encarecendo o cumprimento da Lei n.º 6.708, que garante os reajustes semestrais de salários aos professores e funcionários da Fundação Universidade Estadual de Londrina, ao mesmo tempo em que, os servidores da instituição repelem qualquer tentativa de transformar a Fundação em Autarquia. — **Rejeitado**.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação)

6 Srs. Deputados aprovam; 16 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao

Sr. Presidente da COPEL, encarecendo providências no sentido de substituir os postes de madeira por postes de concreto, na linha que liga os Municípios de Quitandinha a Campo do Tenente. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, acompanhado da justificativa feita da tribuna, visando a ampliação das isenções de taxa judiciária. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro do Trabalho e Delegado Regional do Trabalho do Paraná, no sentido da criação de um Posto Regional do referido Ministério, na cidade de Porecatu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando confirmação oficial do Ministro da Indústria e Comércio, sobre a permanência do diferencial de 2% sobre o café exportado pelo porto de Paranaguá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo seu apoio aos cotonicultores paranaenses, totalmente desassistidos na comercialização de seus produtos. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 74 e 85/80.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145 e 165/80.
Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º - O Departamento de Finanças, com base no documento "Liberação de Cotas de Despesas - LCD", emitirá um cronograma de desembolso, mediante contas globais nos elementos de despesas do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado para o corrente exercício.

§ 1.º - As cotas globais serão levadas a crédito das dotações e os empenhos de despesas obedecerão os limites dos recursos programados.

§ 2.º - A Contadoria Geral manterá controles dos subelementos em fichas analíticas com lançamentos cumulativos, em conformidade com a padronização mantida pelo Poder Executivo, através da Coordenadoria de Orçamento e Programação, ressalvadas os créditos e disposições mantidas por este Decreto.

Art. 2.º - Para efeito do disposto na Lei nº 6.639/74, os sublementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações:

- 3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
- 3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
- 3.1.1.0 - PESSOAL -
- 3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL
- 01 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS
 - 01 - Subsídios 13.320.000
- 02 - DESPESAS VARIÁVEIS
 - 01 - Subsídios Variáveis dos Deputados 32.000.000
 - 06 - Ajuda de Custo 3.850.000

Art. 3.º — Ficam alocados créditos aos Gabinetes, nas dotações e valores abaixo discriminados, para atenderem despesas do exercício de 1981, nos termos da Resolução nº 62, de 04 de dezembro de 1.980:

3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

01 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens

a -	Presidência	380.380
b -	1a. Secretaria	350.487
c -	2a. Secretaria	290.147
d -	1a. Vice-Presidência	120.457
e -	2a. Vice-Presidência	90.010
f -	3a. Secretaria	80.787
g -	4a. Secretaria	80.787
h -	Liderança do Governo	80.787
i -	Liderança do PDS	120.457
j -	Liderança do PMDB	120.457
k -	Liderança do P.P.	50.117
l -	Liderança do PTB	50.117
m -	Administração da ALEP	300.000
	2.114.990

02 - Passagens e Transportes de Pessoas

a -	Presidência	197.000
b -	1a. Secretaria	170.000
c -	2a. Secretaria	165.000
d -	1a. Vice-Presidência	91.000
e -	2a. Vice-Presidência	83.000
f -	3a. Secretaria	73.000
g -	4a. Secretaria	73.000
h -	Liderança do Governo	73.000
i -	Liderança do PDS	91.000
j -	Liderança do PMDB	91.000
k -	Liderança do PP	46.000
l -	Liderança do PTB	46.000
m -	Administração da ALEP	300.000
	1.416.000

14 - Serviço de Alimentação

a -	Presidência	130.000
b -	1a. Secretaria	120.000
c -	2a. Secretaria	90.000
m -	Administração da ALEP	300.000
	64.000

19 - Publicações e Propaganda

a -	Presidência	100.000
b -	1a. Secretaria	90.000
c -	2a. Secretaria	70.000
m -	Administração da ALEP	200.000
	460.000
	TOTAL	4.630.990

Parágrafo único — Caberá aos titulares dos gabinetes, dotados neste Artigo, determinar os pagamentos, diretamente ao Departamento de Finanças, ficando, contudo, responsáveis pelos mesmos.

Art. 4.º - Aos Deputados é assegurado o direito de determinar a concessão de auxílios e subvenções sociais, ao Departamento de Finanças, até o montante de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros), à conta da dotação 3.2.1.0.01 - Subvenções Sociais, ficando, contudo, responsáveis pelas determinações destas despesas.

Art. 5.º - Só serão registrados os processos que tiverem

em condições de contabilização, no Departamento de Finanças, até o dia 11 de dezembro de 1981, revertendo-se os saídos, dos créditos assegurados aos Gabinetes e Deputados, à conta da Administração.

Art. 6º — Os créditos dos Deputados para atender a Subvenção Social serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais.

§ 1º - Os empenhos relativos a Subvenção Social, assegurados aos Deputados, obedecerão a legislação de adiantamentos, englobando-se para este efeito as parcelas liberadas no exercício.

§ 2º - A Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, com a deliberação do Diretor do Departamento de Finanças, atenderá às determinações dos Deputados, processando os auxílios e subvenções, em consonância com as disposições da Resolução nº 19/69, bem como, no atendimento social dos necessitados, mediante:

I - Aquisição de material escolar, instrumento de trabalho, agasalhos, roupa de cama, medicamentos, aparelhos ortopédicos, auditivos visuais, cadeiras de roda e outros análogos;

II - Pagamentos de hospitais, casa de saúde, pensões, refeições, empresas funerárias, empresa de transporte de pessoas e suas mudanças, entidades esportivas amadoras desprovidas de recurso e empresa fornecedora de material esportivo.

§ 3º - Os donativos pessoais não poderão ultrapassar a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) por processo;

§ 4º - Exceto os donativos pessoais, os pagamentos de materiais e serviços, através da dotação de subvenção social, somente será liberado mediante a 1a. via da nota fiscal, ou fatura correspondente aos serviços autorizados.

§ 5º - Após o encerramento do exercício, a Coordenadoria de Auxílio Social, montará as prestações de contas individuais de cada Deputado, enviando a Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-os determinará o recolhimento dos saldos a conta especial de devolução ao Tesouro Geral do Estado, autorizando a baixa de responsabilidade junto aos serviços contábeis.

Art. 7º - O pagamento de todos os auxílios ou subvenções, ressalvadas os de subvenção social que atenderá disposições do Art. 4º, deste Decreto e Resolução nº 19/69, serão pagos através de ordens de créditos, ficando a Tesouraria responsável pela emissão de atestado de crédito que será entregue ao Titular do crédito ou Deputado requerente ou ainda autoridade ordenadora.

Parágrafo único - A entidade beneficiada com auxílio ou subvenção, para serem aquinhoadas no exercício seguinte deverão prestar contas à Comissão de Tomada de Contas de acordo com o disposto na Resolução nº 19/69.

Art. 8º — Para efeito de padronização e interpretação as rubricas desdobradas analiticamente deste Decreto, atenderão além do disposto

no Artigo 6º, respectivamente, as seguintes despesas:

I - 3.1.3.2.01 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens: representação, festividades, hospedagens e homenagens oferecidas pela Assembléia Legislativa e Titulares de Gabinetes e visitantes, bem como, despesas diversas em função representativa parlamentar;

II - 3.1.3.2.02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens: transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como, as despesas de combustíveis e lubrificantes com carros oficiais quando em viagem ao interior, conforme consta determinação em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 14 de março de 1974;

III - 3.1.3.2.14 - Serviços de Alimentação: — fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes;

IV - 3.1.3.2.19 - Publicação e Propaganda: - despesas decorrentes de divulgação escrita, falada e televisada, publicação promocionais, propaganda, cartazes em geral, inclusive clichês, desenhos, etc;

Art. 9º — O Departamento de Finanças fica autorizado a tomar as providências necessárias, no sentido de viabilizar as determinações do presente Decreto Legislativo, atendendo às necessidades administrativas.

Art. 10 - As liberações serão feitas por determinação do Primeiro Secretário, dentro da viabilidade do fluxo de Caixa e atendendo as prioridades administrativas.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

DECRETO LEGISLATIVO Nº 082/81

Art. 1º - Fica fixado em Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), o valor máximo da gratificação por serviços extraordinários a ser deferida aos funcionários "ADIDOS" a este Poder.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de abril de 1981.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 083/81

Art. 1º - Fica vedada ao funcionário deste Poder, colocado à disposição de outro Órgão da Administração Pública, a percepção das gratificações de que trata o Art. 172, incisos I, II, III e IV, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, e as instituídas pelas Leis nºs 6593, de 15 de agosto de 1974 e 6461, de 04 de dezembro de 1974.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 085/81

I — exonerar OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assessor Técnico, do Gabinete da Diretoria Geral.

II — prover MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula nº 181, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assessor Técnico, do Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

PORTARIA Nº 159/81

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula nº 602, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao segundo quinquênio, compreendido entre 05 de agosto de 1973 e 05 de dezembro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1976, contadas em dobro. (Protoc. nº 12011).

PORTARIA Nº 160/81

conceder à funcionária CLEA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula nº 261, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 13 de fevereiro de 1981, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. nº 11955).

PORTARIA Nº 161/81

transferir para o período de 22 de abril a 21 de maio de 1981, as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, à funcionária MARILUI FANCHER BECKER, matrícula nº 438, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 1288).

PORTARIA Nº 162/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula nº 343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 987).

PORTARIA Nº 163/81

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, à funcionária NELITA

RIBEIRO HARTMANN, matrícula nº 343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 1190).

PORTARIA Nº 164/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EUTHALIA MARTINS DA SILVA, matrícula nº 245, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar. (Protoc. nº 1145).

PORTARIA Nº 165/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula nº 200, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975. (Protoc. nº 1144).

PORTARIA Nº 166/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SILVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula nº 227, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar. (Protoc. nº 1049).

PORTARIA Nº 167/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA MENEGUSSO, matrícula nº 562, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (02) dois meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 907).

PORTARIA Nº 168/81

conceder ao funcionário JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula nº 392, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1º de dezembro de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174,

(Protoc. nº 12092).

PORTARIA Nº 169/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GLACI BELICH, matrícula nº 154, ocupante do

cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 1150).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/03/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL